

O sistema de informação Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)

Armando Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CIC Digital.Porto

malheiro@letras.up.pt



Incluído com o nº 2 na coleção “Ciência da Informação” das Edições Colibri, dirigida pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, com o apoio da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e publicado em 2017, este livro de Susana Rodrigues, Mestre em Ciências da Documentação e Informação (variante Arquivo) da mesma instituição e Técnica Superior de Arquivo da Secretaria Geral da Presidência da República, desde 2004, não pode passar despercebido por várias razões e basta uma: é o primeiro estudo diacrónico desde as origens do cargo unipessoal e da implantação da República em Portugal até ao tempo presente da estrutura, das competências e das funções político-constitucionais traduzidas num fluxo infocomunicacional e documental que é o alvo preparado por este estudo a fim de ser atingido eficientemente. Esta versão impressa corresponde com ajustes inevitáveis à dissertação de Mestrado apresentada e defendida pela Autora.

Como é natural e absolutamente previsível com o atual Presidente da República, o livro abre com umas breves, mas simpáticas palavras, precedidas pelo retrato do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa. E além de uns agradecimentos e da introdução, contém três capítulos mais a conclusão e cinco anexos; o capítulo um intitula-se “Um estudo na área da Ciência da Informação”; o capítulo dois “A Presidência da República Portuguesa: evolução orgânico-funcional; e o capítulo três “Órgãos e estrutura de apoio da Presidência da República.

O título e o capítulo primeiro situam claramente o trabalho no campo da Ciência da Informação, evidenciando uma adesão à conceção sistémica na abordagem da compreensão e organização arquivística da produção documental das Organizações, sejam privadas ou público-institucionais. No entanto e no que concerne ao título, tendo em conta o conteúdo apresentado, parece-nos mais exata outra formulação: “A Presidência da República Portuguesa (1910-2014): estudo orgânico-funcional para análise do respetivo Sistema de Informação”. Em rigor o que nos é apresentado é um minucioso e sólido estudo da origem e evolução de um órgão de Soberania unipessoal, que inclui no Anexo III, IV e V a “Identificação de competências da Secretaria Geral da Presidência da República” de acordo com os regulamentos de 1934, 1979 e 2000, instrumentos essenciais para se mapear e fixar o fluxo infocomunicacional, ou seja, a génese, tramitação, conservação e uso/recuperação da documentação consequentemente produzida. Compreende-se e aceita-se que a pesquisa de Susana Rodrigues não tenha incluído esta dimensão mais organizativa, mas no que respeita ao uso do conceito operatório de Sistema de Informação nota-se que seguiu uma conceção algo redutora, expendida no item “O sistema de informação arquivístico/organizacional de acordo com os novos pressupostos teórico-metodológicos” (pág. 21), onde indiscutivelmente se distancia do paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista que enformou a génese e desenvolvimento da Arquivística, vinculando-se a uma abordagem de arquivo “enquanto um sistema (semi)fechado de informação” defendida em “Arquivística_ teoria e prática de uma ciência da informação” (vol. 1, 1999) de Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luís Real. A Autora segue e entende bem a proposta adotada, mas entretanto dois dos quatro Autores procuraram esclarecer e “radicalizar” mais a proposta a ponto de ser possível hoje incluir no conceito operatório de Sistema de Informação não apenas a informação administrativo, equivocadamente rotulada de arquivística (nenhum documento nasce arquivístico, todos nascem ou dentro ou fora de uma entidade e tramitam dentro da estrutura orgânico-administrativa, por isso é essencial para a Ciência da Informação começar pelos estudos orgânico-funcionais), mas também todo o tipo de documento (os “objetos” musealizados também...), pelo que o acervo das bibliotecas de apoio integram de pleno direito o SI. Aliás, acaba por haver uma

correspondência direta entre os organogramas desenhados e que traduzem a realidade interna de cada entidade ou instituição e o SI respetivo.

Esta atualização não é um reparo, é um elemento mais para o debate em aberto com os profissionais que se empenham em trilhar caminhos mais consistentes e mais ajustados à Era da Informação em que já estamos imersos. O único reparo cabível relaciona-se com os aspetos gráficos nomeadamente o tamanho demasiado pequeno dos organogramas, dos quadros e das tabelas, difíceis de ler devido ao minúsculo corpo da letra em conformidade com o formato A/5 da mancha gráfica. O livro não excede as 142 págs. e percebe-se como natural o controlo de custos, mas vale a pena sublinhar que livros com informação de diferente tipo (texto, gráficos, tabelas, etc.) precisam de buscar um ponto de equilíbrio de legibilidade fácil e agradável.

Estamos perante um trabalho imprescindível para quem trabalha como profissional da informação na Presidência da República e um modelo a ser discutido e usado na formação superior e pós-graduada desta área disciplinar.